

ATA 16

01 ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
02 HIDRICOS

03 Às nove horas e quarenta minutos do dia quinze do mês de setembro do ano de dois mil e onze, na
04 sala de reunião da SEPLAM, o Presidente Divaldo Rezende cumprimentou a todos e informou
05 sobre os avanços do Conselho, falou da criação dos comitês de bacias, ressaltou que todas as
06 reuniões deste ano tiveram quórum, disse ainda que estava devendo algumas visitas estratégicas aos
07 órgãos parceiros e solicitou ao Secretário Executivo Aldo Azevedo que providenciasse uma agenda
08 de visitas para estes órgãos. Em seguida o Presidente fez a leitura da ordem do dia: i) apreciação do
09 Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH; ii) proposta de criação da
10 Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do FERH. Dando
11 prosseguimento o Presidente frisou a importância de estruturar o Fundo Estadual de Recursos
12 Hídricos, e que este, de acordo com a lei, é aprovado pelo CERH e ressaltou a força do Conselho
13 nas decisões relacionadas com a aplicação dos recursos do Fundo. Falou ainda da não flexibilidade
14 do Plano que possui atualmente normas específicas que tem que ser observadas. Em seguida, passou
15 a palavra para o Secretário Executivo. O Secretário Executivo começou falando que antes de dar
16 início aos trabalhos quer apresentar as novas indicações da Secretaria da Fazenda dos membros do
17 CERH, solicitou que a membro suplente se levantasse e deixou um espaço para que ela se
18 manifestasse. A Conselheira suplente Kátia Patrícia Borges se apresentou, falou da expectativa de
19 colaborar e recebeu as boas vindas do presidente. O Secretário Executivo falou da conquista dos
20 conselheiros num curto espaço de tempo e falou das limitações existentes no Plano, fez a
21 observação que o mesmo não contempla tudo que a Semades gostaria, pois está amarrado a uma
22 proposta do PPA do ano de 2010, contemplando apenas 3 (três) ações. Citou a Lei de criação do
23 Fundo de 2002 e sua regulamentação em 2009. Em seguida questionou aos conselheiros se havia
24 necessidade de fazer a leitura da lei que regulamenta o FERH, pois esta foi enviada a todos
25 antecipadamente. Como não houve manifestação, fez somente a leitura do artigo 3º onde a
26 aplicação dos recursos cabe à SEMADES. O Presidente disse que os outros recursos estão
27 contingenciados e, portanto, serão gastos posteriormente devido ao curto prazo de tempo até final
28 do ano. O Secretário executivo informou que foram priorizadas três ações e que os recursos são
29 frutos de compensações financeiras pelo uso de recursos hídricos. O Presidente falou do Decreto
30 que estabeleceu 15% destes recursos para Semades e 25% para Secretaria da Fazenda, mas que isto
31 está sendo discutido entre os gestores das respectivas secretarias, pois, segundo ele, não faz sentido
32 a SEFAZ ficar com 25% sendo que esta não lida com a questão de recursos hídricos. O Secretário
33 Executivo fez a apresentação do Plano de Aplicação do FERH e informou que a receita para o ano
34 de 2011 é de hum milhão e quinhentos mil reais. Em seguida apresentou o detalhamento da
35 aplicação dos recursos. O Secretário Executivo falou que a Semades é cobrada quando da
36 necessidade de ações de emergência, citou o exemplo da região Sudeste do estado, que tem sérios
37 problemas de estiagem e sobre o projeto Barraginha concebido pela Embrapa e construído na
38 região, em seguida informou que esta região tem o comitê de bacia criado, ressaltou que sabe que a
39 barragem não resolverá o problema este ano, mas que é uma semente. O Presidente solicitou a
40 palavra e disse que não concordava plenamente com o Plano que ele mesmo aprovou e fez as suas
41 justificativas citando os itens a serem observados. Explicou que no item capacitação deveria propor
42 ampliação para o Conselho; outro item sugerido foi de evitar a contratação de consultorias externas,
43 pois se tem instituições aptas no estado, gostaria de fortalecê-las com essa ação; o terceiro item
44 citado foi o da implementação do sistema de situação de emergência ambiental que acredita não ser
45 necessário gastar dinheiro do Fundo para essa finalidade devido a negociação já existente com o
46 governo canadense no valor de 60 milhões de reais, para uma ação maior (mais ampla). O
47 Secretário Executivo disse que quando falou em contratar consultoria, não significava que vai ser
48 externa e ressaltou que isso é aberto, um processo de licitação normal. O Presidente Divaldo disse
49 ser uma questão de filosofia pessoal, pois quando na Secretaria montou sua equipe buscou
50 aproveitar as pessoas competentes localmente, e da mesma forma, não sendo adverso à consultoria,
51 pois se tem dentro da esfera local, no Conselho e nas instituições deveria fortalecê-los e para ficar
52 claro disse ainda que essa é uma determinação pessoal, sua filosofia de trabalho. O Conselheiro

53 Joseano (UNITINS) disse que na ação Aquisição de peças de reposição para as PCDs, da Rede
54 hidrometeorológica do Estado, Operação e manutenção das estações hidrometeorológicas, Operação
55 e manutenção das estações hidrometeorológicas, Execução de serviço de Instalação de 8 estações
56 fluviométricas convencionais, afirmou que a Unitins já faz esse trabalho, bem como há no Estado
57 alguns órgãos fazendo isso, as vezes sem nenhuma condição financeira, e que neste sentido, a
58 Unitins poderia aplicar para essas três ações; que no que se refere a desenvolver projetos de
59 pesquisa de recursos hídricos, a Unitins, através do MEC, aprovou a construção de um laboratório
60 de geoprocessamento, com computadores, estação, e quanto a aquisição de imagens de satélite e
61 tratamento de imagens a Unitins tem condições. O Secretário Executivo concordou com a opinião
62 do conselheiro, com as ações constantes na proposta será necessário cumprir toda a normatização de
63 aplicação dos recursos públicos, através de licitação. O Presidente ressaltou que este dinheiro do
64 fundo não irá para a Secretaria e sim para o Sistema, portanto não significa que o beneficiário
65 financeiro dessas ações será a Semades, então isso também tem que ficar claro, pois tem ações
66 dentro do sistema que o Naturatins executa, tem as questões que a Semades vai estar defendendo
67 com a Unitins, tem o Ruraltins, então tem uma série de ações que visam fortalecer o sistema. Disse
68 que este é o primeiro aprendizado e esperava que no ano de 2012, no mínimo, dobrasse os recursos
69 do FUEMA. A Conselheira Eleana (Habitação) comentou que não percebeu nenhuma ação que
70 contemplasse a capacitação para a comunidade e ressaltou que o estado é muito carente nesta
71 questão. O Presidente Divaldo afirmou que neste primeiro momento não foi previsto, mas que é
72 uma coisa que pode ser incluída agora ou deixar para inclusão no próximo Plano, e que a
73 capacitação da comunidade é ponto importante; continuou dizendo que o Fundo deve ser utilizado
74 como um alavancador de outros recursos. O Presidente Divaldo disse que tem que avaliar se já
75 inclui agora a capacitação comunitária ou deixa para o próximo ano. O convidado Sandro
76 (Semades) esclareceu que para 2011 é praticamente impossível a capacitação da comunidade, pois
77 realmente não está contemplado na descrição das três ações, sendo bom ressaltar isso na Agenda
78 Tocantins, que está analisando as necessidades para o Plano Plurianual - PPA, para ser incluído em
79 2012. O Conselheiro Vilmar (SIC) disse que está satisfeito em falar a respeito da preocupação do
80 Secretário Divaldo, com relação à aplicação dos recursos e disse que a necessidade maior é do
81 pessoal que está lá na ponta, nos comitês, é necessário que estes entendam melhor as propostas para
82 poder fazer suas opções e contribuir com esse processo na aplicação dos recursos, disse que esse é
83 um aspecto importante que necessita de uma readequação, se possível ser feito pelo departamento
84 de planejamento, outro ponto levantado é com relação às consultorias que têm duas rubricas
85 indicando duzentos e oitenta mil reais e outra para aplicação de recursos em obras e serviços de
86 terceiros - pessoa jurídica no valor de noventa e quatro mil reais, somando são quase quinhentos mil
87 reais, e ressaltou que realmente deve ser aplicado em parcerias com as instituições locais, ainda que
88 estas instituições não possuam todo o know-how, mas esse conhecimento passará a ser
89 desenvolvido localmente, ao invés de pagar gente de fora. Disse ainda que na aplicação de
90 investimentos e despesas, considerou pouco proporcional a relação de um para com o outro, pois
91 percebeu uma carência muito grande na questão de investimentos, que só totalizou 1/5 (um quinto)
92 do total de recursos disponíveis e disse que fala isso com muita propriedade, pois é economista com
93 vasta experiência na área de planejamento, mas que percebeu uma baixa competência na hora de
94 alocar recursos em termos investimentos e tem-se muita necessidade na área de despesas e custeios.
95 Ressaltou que se não tiver possibilidade de adequação neste plano, mas que nos próximos possa ser
96 reeducado nesse procedimento. A Conselheira Lúcia Leiko (ONG) parabenizou o Presidente por
97 apresentar em tão curto tempo o Plano, coisa que as outras Secretarias não conseguiram e disse que
98 faria algumas propostas. O Presidente Divaldo pediu desculpas por interrompê-la, mas sugeriu criar
99 um procedimento para cada um apresentar sua proposta e em seguida discutir com o Conselho se
100 faz sentido a proposta ou não, sendo que o que for coerente será incorporado e colocado em votação
101 no final. A Conselheira Lúcia Leiko prosseguiu sua fala abordando que as ONG sentem uma grande
102 carência em relação à parte técnica, sendo necessário a sua capacitação e que seja feito um trabalho
103 para que no próximo ano as mesmas tenham esse acesso; deixou ainda uma recomendação
104 específica para que seja tomado cuidado para que o Fundo não tenha a aplicação de seus recursos

105 direcionada a ações que já são de responsabilidade dos próprios órgãos, pois o Governo do Estado
106 já tem responsabilidade com relação a esses itens elencados, não devendo ser confundindo o que é
107 ação do Governo do Estado e o que é ação do recurso do fundo, pois muitas atividades podem ser
108 financiadas pelo Estado, estando previsto inclusive no PPA. A proposta foi de inserir a capacitação
109 não só dos conselheiros, mas também dos Comitês e do NATURATINS na área de Outorga.
110 Sugeriram que fosse diminuída a verba para contratação de consultoria e que fossem realizados
111 convênios com a UNITINS, o que traria uma redução de custo de pelo menos 40%. O Presidente
112 Divaldo disse que é preciso ter uma visão de valorização das instituições locais, reconheceu que
113 barateia os custos, e fez um pedido para a conselheira Lúcia, para que, se possível, compartilhar
114 com a secretaria o diagnóstico das ONG, repassando para a equipe da Marli e da Simone, para
115 tentar definir programas específicos para as ONG. A conselheira Lúcia disse ter um trabalho nesse
116 ponto e que pode ajudar a Secretaria. Os Conselheiros debateram de onde seria retirada verba para
117 investimento em capacitação. O Conselheiro Sérgio (SESAU) questionou se a execução é até
118 dezembro e quem iria executar o Plano, se o Conselho ou a Secretaria do Meio Ambiente. Após
119 receber a resposta de que era até dezembro e que era a Semades que iria realizar, perguntou se seria
120 possível executar o Plano em tempo hábil. O Presidente disse que a Secretaria sozinha não
121 conseguiria, mas que tentará empenhar. O Conselheiro Sérgio (SESAU) sugeriu deixar a parte de
122 capacitação para o próximo ano, pois, segundo ele, realizá-la até dezembro pode não ser possível. O
123 Presidente Divaldo disse que setembro não é a hora correta para estar discutindo a aplicação do
124 Fundo, mas isso está sendo feito por ter a reserva para esse fim feita no PPA, e que se nada for feito
125 a verba destinada será perdida; ressaltou que esta experiência que os Conselheiros estão passando
126 agora, deve servir para quando for aprovar o plano a partir de janeiro do ano que vem; propôs que
127 na elaboração do plano de 2012, seja criado um grupo de trabalho para interagir com a
128 programação. O Secretário Executivo esclareceu a todos que o orçamento do Fundo que não for
129 utilizado em 2011 será somando com o orçamento do ano de 2012. O Presidente Divaldo explicou
130 que o dinheiro disponibilizado para o Fundo tem origem da fonte do Tesouro, Fonte 0100, devendo
131 ser seguida a regra do Tesouro. O convidado Sandro esclareceu que essas incoerências com relação
132 à Lei que dispõe sobre recursos financeiros do Fundo, estão sendo discutidas entre os secretários da
133 Fazenda e do Meio Ambiente, e explicou que a pressa em tentar aprovar esse plano é para quando
134 esses detalhes forem sanados, a Secretaria ter capacidade de executar e se for executado pelo menos
135 de 30 a 40% desses recursos em 2011, mesmo que seja apenas empenhado e deixado como restos a
136 pagar para o ano que vem, já terá dado o passo inicial, ou seja um aprendizado para o fundo que
137 está preparando para o ano que vem, pois a equipe do Aldo está se preparando para novas ações,
138 muito mais abrangentes do que as três que teve que seguir, para a partir daí se ter uma ferramenta
139 muito mais adequada para a realidade que o Estado tem. O Presidente Divaldo esclareceu que o
140 Fundo ainda não funciona como Fundo de fato, pois não tem uma conta para o dinheiro ser
141 depositado diretamente; disse que orçamentariamente está disponível R\$ 3.000.000,00 (três milhões
142 de reais), mas que devido à questão de capacidade de aplicação desses recursos, optou por trabalhar
143 com metade, com a chance de 80% (oitenta por cento) de aplicação, do que trabalhar com ele todo,
144 com a certeza de aplicar 30% (trinta por cento) ou 20% (vinte por cento), deixou essa justificativa e
145 disse ser uma decisão pessoal do Secretário, pois se cometeu o erro de ficar esperando que o
146 dinheiro fosse depositado na conta do Fundo, só depois se descobriu que deveria ter utilizado a
147 Fonte 0100 para usar o recurso. O Conselheiro Vilmar (SIC) complementou a explicação do
148 Presidente dizendo que a Secretaria de Indústria e Comércio tem o Fundo de Desenvolvimento
149 Econômico, e aconteceu da mesma forma, a arrecadação é representativa e o recurso é ministrado
150 pelo Tesouro, não tem conta própria e no final do ano o recurso é alocado para onde "o buraco está
151 mais fundo" e a Secretaria fica "a ver navios"; afirmou que no Estado ainda está assim e essa
152 providência que o Presidente está tomando perante a administração pode ter como parceiro o
153 secretário de Indústria e Comércio que está disposto a ajudar, para que o orçamento disponível seja
154 utilizado no fim específico estabelecido na lei. O Conselheiro Joaquin (SEPLAN) disse que a Lei
155 estabelece que para ter gastos, tem que ser deliberado pelo Conselho, e sugeriu que para o ano de
156 2012, o Plano passe antes por uma definição do Conselho para discussão das prioridades, pois irão

157 todos analisar estrategicamente quais são os problemas do Estado, para um uso racional do recurso,
158 pensando na questão do abastecimento, diretrizes, deficiências, etc. O Presidente Divaldo frisou que
159 essas prioridades devem ser anotadas dentro das atividades do PPA, e disse que considerava a
160 proposta do Conselheiro Joaquin válida, faz todo o sentido, e é um processo que já foi iniciado. A
161 Conselheira Sandra Sonoda (CI-Lago) disse que há 6 (seis) anos vinha tentando utilizar os recursos
162 que estavam na conta e somente este ano estava conseguindo realmente e pediu que os conselheiros
163 tivessem mais rapidez nessa aprovação pois se deixar para aprovar em outra reunião, não será
164 possível empenhar, pois se o empenho não for realizado, posteriormente esta verba poderá ser
165 alocada para outra finalidade. O Secretário Executivo disse que será criada uma Câmara Técnica
166 que acompanhará a aplicação desses recursos, que inclusive a minuta da resolução que a criará é o
167 próximo ponto da pauta. O Presidente Divaldo perguntou se pode colocar a proposta em votação e
168 relembra as alterações sugeridas pela Conselheira Lúcia e questionou se havia alguma objeção a
169 esta proposta. Não havendo nenhuma objeção, o Presidente declarou aprovada a proposta de
170 alteração feita no Plano de Aplicação, ficando “Execução de serviço de Instalação de 8 estações
171 fluviométricas convencionais, realocação de 1 estação hidrometeorológica automática, e montagem
172 de 9 cercados de proteção para estações hidrometeorológicas” no valor de R\$ 120.000,00 (cento e
173 vinte mil reais) e foi criada a ação “Capacitação em outorga e monitoramento”, no valor de R\$
174 10.000,00 (dez mil reais). O Presidente Divaldo prosseguiu questionando se havia alguma objeção a
175 proposta global do Plano de Aplicação do Fundo. O Conselheiro Joseano (UNITINS) sugeriu o
176 texto “trabalho de aquisição/instalação e operação da rede realizada pela Unitins”. O Presidente
177 Divaldo disse ser contra e disse que o papel de aquisição é da Secretaria e que pode ser passado o
178 processo de instalação e operação para a Unitins. Os outros Conselheiros lembraram que não se
179 pode amarrar ao nome da Unitins, devendo ser realizada licitação, sendo esta uma questão de seguir
180 a legalidade. Após um debate sobre a possibilidade de ser firmado convênio entre a Secretaria e a
181 Unitins, o Presidente deixou um indicativo em relação a isto e se comprometeu a verificar os termos
182 legais e burocráticos para que seja firmado o referido convênio. O Presidente Divaldo questionou
183 novamente se havia alguma objeção à proposta global do Plano de Aplicação do Fundo. Após o
184 Secretário firmar o compromisso de verificar a possibilidade de realizar convênio junto à Unitins e
185 nenhuma objeção ser proposta por nenhum dos conselheiros, declarou o Plano de Aplicação do
186 Fundo aprovado. O Presidente Divaldo informou que quanto à capacitação de Comitês à Secretaria,
187 junto com a ANA, iria levar os representantes dos Comitês para o Encontro Nacional que
188 acontecerá em outubro em São Luis – MA. O Secretário Executivo, dando continuidade a pauta,
189 apresentou a proposta de criação da Câmara Técnica Permanente de Acompanhamento da
190 Aplicação dos Recursos do Fundo, que teve na sua minuta de resolução a indicação de cinco
191 membros, devendo ter representantes da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento
192 Sustentável, do Naturatins e da SEPLAM por coordenar o PPA, e lembrou que a partir da aprovação
193 do novo estatuto será composta por sete membros. Ficaram para votação os dois para completar as
194 vagas restantes e mais dois para entrar a partir da aprovação do novo Regimento. Em seguida
195 perguntou quem gostaria de concorrer às vagas para compor a Câmara Técnica. O Conselheiro
196 Vilmar (SIC) questionou se a vaga poderia ser preenchida por alguma instituição que não seja órgão
197 do Estado, pois tem como idéia trazer para a Câmara Técnica alguém especializado em orçamento
198 com experiência em recursos hídricos. O Secretário Aldo esclareceu que seria possível uma pessoa
199 com esse currículo participar como convidado. O Conselheiro Sérgio (SESAU) lembrou que, para
200 compor a Câmara Técnica, poderia ser pessoa indicada pelo Conselheiro, mas o indicado deveria
201 trabalhar no órgão. O Secretário Executivo colocou em votação a composição da Câmara Técnica.
202 Os candidatos que se manifestaram foram: UNITINS, ONG, SEFAZ e SANEATINS. O conselheiro
203 José Roberto (FIETO) disse que gostaria de enaltecer essa iniciativa, disse ainda que essa CT
204 devesse ser composta por quem tem competência em aplicação de recursos financeiros, mas outro
205 aspecto que gostaria de chamar a atenção é que a CT deveria ser eclética, teria que representar todos
206 os segmentos e que a FIETO era um desses segmentos da economia e porque os recursos são
207 provenientes de tributos, então entende que quem paga a conta deveria participar dessa CT. Foi
208 iniciada a votação, sendo escolhida para completar a Câmara Técnica um representante das ONG e

209 um da UNITINS, e, para após a aprovação do novo regimento em 2012, pelos órgãos SEFAZ e
210 FIETO. O Secretário Executivo finalizou a votação ratificando que a Câmara Técnica Permanente
211 de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos do Fundo será composta por membros da:
212 Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, NATURATINS, SEPLAN, ONG e
213 Comunidade Científica, ficando os representantes da SEFAZ e da FIETO para compor a referida
214 Câmara a partir da aprovação do novo estatuto. O Secretário Executivo disse que achou uma
215 escolha bem representativa, com órgãos da administração direta e indireta, da comunidade científica
216 e das ONG, em seguida parabenizou os Conselheiros e agradeceu a colaboração de todos e
217 informou estar aberta a palavra livre. Não havendo manifestação, o Secretário Executivo agradeceu
218 a participação de todos e em seguida encerrou a reunião. Desta forma, a ata uma vez aprovada pelo
219 plenário do CERH, será assinada por mim, Aldo Araújo de Azevedo, Secretário Executivo, pelo
220 Presidente do CERH e pelos demais conselheiros.

Divaldo Rezende
Presidente

Aldo Araújo de Azevedo
Secretário Executivo


Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues
Presidente do Naturatins

Pedro Rezende Tavares
ATM

Coraci Lima Marques
ATM

Jaime Café de Sá
SEAGRO

Corombert Leão de Oliveira
SEAGRO


Ana Lúcia de Freitas Rezende
SECT

Joana Dias de Sousa
SECT

José Jamil Fernandes Martins
SEFAZ

Kátia Patrícia Borges Porfírio
SEFAZ

Luis Hildebrando Ferreira Paz
Secretaria da Habitação

Eleana Patta Flain
Secretaria da Habitação

Vilmar Carneiro Wanderley
Secretaria de Indústria e Comércio

Félix Valois Guarú Bezerra
Secretaria de Indústria e Comércio

Euclides da Costa Andrade
Secretaria de Infraestrutura

Joaquim Eduardo M. Cifuentes
Secretaria do Planejamento

Sérgio Luís de Oliveira e Silva
Secretaria da Saúde

Anuar Jorge Amaral Cury
Procuradoria-Geral do Estado

Marissônia Lopes de Almeida
Agência de Desenvolvimento Turístico

Bruno Machado Carneiro
Ministério Público Estadual

Deputado *Marcelo de Lima Lélis*
Assembléia Legislativa

Joseano Carvalho Dourado
Comunidade Científica/UNITINS

Raimundo Nonato da Silva Machado
Saneatins

Helmuth Alberto Markies
CELTINS

Cloves Oliveira Valadão
FAET

Miguel Ângelo de Negri
Secretaria de Infraestrutura

Rodrigo Sabino Teixeira Borges
Secretaria do Planejamento

Adriane Feitosa Valadares Cavalcante
Secretaria da Saúde

Ana Flávia Ferreira Cavalcante
Procuradoria-Geral do Estado

Erick da Silva Santos
Agência de Desenvolvimento Turístico

Marcos Antonio Oster
Ministério Público Estadual

Deputado *Vilmãr Alves de Oliveira*
Assembléia Legislativa

Edivaldo Alves dos Santos
Comunidade Científica/ULBRA

Paulo de Tarso Pereira Bandeira
Saneatins

Miguel Pinter Júnior
CELTINS

Deusdeth Alves Glória Filho
FAET

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Vicente França Silva
FETAET

Roberto Magno Martins
FIETO

José Roberto Fernandes
FIETO

Sandra Regina Sonoda
Organizações Cívicas de Recursos Hídricos

Edgar Mascarenhas Tavares
Organizações Cívicas de Recursos Hídricos

Roberta Maria Pereira Castro
CREA

Cassius Ferreira Gariglio
CREA

Tarlis Junqueira Caleman
AHITAR

Flávia Oliveira dos Santos
AHITAR

Lúcia Leiko Tacaoca Muraishi Garcia
Organizações Não-Governamentais/GAIA

Jonathan Laranjeira Luciano
Organizações Não-Governamentais/EKOS

Instituições Ausentes:

1. Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins
2. Associação Tocantinense de Municípios - ATM
3. Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário
4. Secretaria da Infraestrutura
5. Agência de Desenvolvimento Turístico - ADTUR
6. Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa
7. Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins - FAET
8. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET
9. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA